

“Cidadão trabalhador e ali muito considerado”: controle urbano e moralidade por meio da análise discursiva do jornal *Diário do Interior* (1914)

“Hardworking citizen and highly regarded”: urban control and morality through discursive analysis of the newspaper *Diário do Interior* (1914)

Janaína dos Santos Puchalski¹
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
janaina.puchalski@acad.ufsm.br

RESUMO: O presente artigo objetiva analisar o jornal *Diário do Interior*, publicado em Santa Maria (RS), investigando como o periódico construía discursos de controle urbano e moral do trabalho na Primeira República. Inserido em um contexto de expansão das cidades brasileiras e de intensificação da criminalização da pobreza, o jornal não se limitava a informar, atuando como instrumento de disciplinamento social, propagando valores moralizantes e reforçando hierarquias sociais. O corpus documental utilizado no presente trabalho incluiu a consulta à 305 exemplares preservados no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, sendo que neste excerto a investigação voltou-se a narrativa de notícias sobre desordem, embriaguez e vadiagem veiculadas pelo jornal no ano de 1914. O estudo combina as perspectivas teóricas da história cultural e social em uma metodologia baseada na abordagem da Análise de Discurso (Maingueneau, 2015; Orlandi, 1987; Pêcheux, 1995; Foucault, 1996) e Análise de Conteúdo (Bardin, 2016; Constantino, 2002), permitindo compreender o jornal enquanto agente discursivo que produziu fronteiras simbólicas entre ordem e desordem, legitimando práticas de vigilância. Os resultados indicam que tais discursos, mesmo em cidades do interior, expressam a lógica de controle social e moral vigente na Primeira República, evidenciando continuidades contemporâneas relacionadas à midiaticização da criminalidade.

Palavras-chave: Controle urbano; Imprensa; Primeira República.

ABSTRACT: This article aims to analyze the newspaper *Diário do Interior*, published in Santa Maria (RS), investigating how the periodical constructed discourses of urban control and moral labor during the First Republic. Set in a context of expansion of Brazilian cities and intensification of the criminalization of poverty, the newspaper did not limit itself to reporting, acting as an instrument of social discipline, propagating moralizing values, and reinforcing social hierarchies. The documentary corpus used in this study included consultation of 305 copies preserved in the Municipal Historical Archive of Santa Maria, and in this excerpt, the investigation focused on news stories about disorder, drunkenness, and vagrancy published by the newspaper in 1914. The study combines the theoretical perspectives of cultural and social history in a methodology based on the approach of Discourse Analysis (Maingueneau, 2015; Orlandi, 1987; Pêcheux, 1995; Foucault, 1996) and Content Analysis (Bardin,

¹ Licenciada em História pela Universidade Federal de Santa Maria (2024). Atualmente é mestranda em História pela mesma instituição sendo apoiada por bolsa CAPES/DS.

2016; Constantino, 2002), allowing us to understand the newspaper as a discursive agent that produced symbolic boundaries between order and disorder, legitimizing surveillance practices. The results indicate that such discourses, even in inland cities, express the logic of social and moral control prevailing in the First Republic, highlighting contemporary continuities related to the mediatization of crime.

Keywords: Urban control; Press; First Republic.

Introdução

Os primeiros anos da Primeira República foram marcados por intensas transformações políticas, econômicas e sociais que alteraram profundamente as dinâmicas urbanas brasileiras. Sobre a virada do século XIX para o XX na atual capital Rio de Janeiro, segundo a historiadora Margarida de Souza Neves, “tudo parecia mudar em ritmo alucinante. A política e a vida cotidiana; as ideias e as práticas sociais; a vida dentro das casas e o que se via nas ruas” (Neves, 2008, p. 15). No Rio de Janeiro, capital federal, tais mudanças ganharam maior visibilidade, contudo, como observa Margarida de Souza Neves, também se manifestaram em diferentes cidades do país, que “cresciam como nunca” e incorporavam novas formas de vida social (Neves, 2008, p. 15). Nesse contexto de expansão urbana, a criminalidade tornou-se um tema recorrente na vida cotidiana e na imprensa, associada ao crescimento das populações e às tensões sociais próprias das cidades modernas (Bretas, 2018).

O fortalecimento da ordem urbana e da disciplina social não se restringiu às instituições jurídicas ou policiais. Como demonstra Sidney Chalhoub (1986), em um Brasil ainda marcado pelo pós-abolição, a moral do trabalho consolidou-se como princípio civilizatório, estabelecendo fronteiras simbólicas entre os cidadãos produtivos e os considerados perigosos ou desordeiros. No mesmo sentido, Maria Helena Souza Patto (1999) demonstra que, desde o final do século XIX, discursos científicos, jurídicos e jornalísticos convergiam na desqualificação dos pobres, relacionando pobreza a degeneração moral e preguiça. Nesse contexto de aceleração da vida urbana e de intensificação das dinâmicas sociais, os jornais passaram a ocupar um papel central na organização e na circulação das informações. Conforme assinala Nelson Werneck Sodré, “vendia-se informação como se vendia outra qualquer mercadoria, e a sociedade urbana necessitava de informação para tudo, desde o trabalho até a diversão” (Sodré, 1966, p. 314). A imprensa brasileira no início do século XX assumiu papel central não apenas como veículo de informação, mas também como instrumento de disciplinamento urbano ao propagar valores moralizantes que visavam moldar comportamentos e reforçar hierarquias sociais no espaço citadino.

Ao que se refere ao uso dos periódicos enquanto fonte histórica, de acordo com Tânia Regina de Luca (2008), o jornal, em razão de suas redes de produção, circulação e recepção, bem como das escolhas editoriais que definem o que é considerado digno de ser noticiado em diálogo com seu público leitor, constitui uma fonte privilegiada para a compreensão do passado. Nessa perspectiva, o uso dos periódicos em estudos neste sentido possibilita múltiplas reflexões, uma vez que, como destaca José D’Assunção Barros, “da informação à

cultura, do entretenimento à representação de classe ou à congregação política, as finalidades e os ambientes dos periódicos se multiplicam” (Barros, 2021, p. 423). Assim, parte-se da compreensão de que a imprensa não apenas informava, mas também interpretava, hierarquizava e atribuía sentidos à realidade social na qual se inseria, possibilitando compreender dispositivos de controle urbano difusos na Primeira República a partir de um olhar historiográfico.

Voltando-se ao cenário da produção impressa francesa no recorte temporal abrangido pela Belle Époque, Dominique Kalifa (2019) concluiu que nesta houve um grande aumento da divulgação dos *faits divers*, fatos cotidianos atrelados à transgressão urbana. Para Valéria Guimarães (2019), o termo *faits divers* é definido como “[...] relatos do cotidiano sem grande importância que povoaram jornais e revistas francesas desde meados do século XIX com crimes sangrentos, tragédias da cidade e todo tipo de prodígio” (Guimarães, 2019, p. 9). Conforme Dominique Kalifa (2019):

Mais do que uma sobre-representação tradicional, foi sobretudo a irresistível ascensão do *fait divers* criminal que determinou a sua singularidade na década de 1900. O número de homicídios, agressões, assaltos ou fraudes noticiados pela imprensa parece aumentar a cada dia. O crime parece ter se tornado a principal atividade dos franceses e uma de suas fontes de interesse prediletas. Primeiramente perceptível – e de modo mais marcado – numa empresa popular tradicionalmente ligada à crônica criminal, o fenômeno atinge cada vez mais títulos (p. 31).

Não restrito ao contexto europeu analisado por Kalifa (2019), Valéria Guimarães (2014) destaca que tais narrativas também inundaram o cenário periódico impresso brasileiro. Segundo a autora, “pertencentes a uma tradição da imprensa ocidental, os *faits divers* colocavam em circulação um imaginário comum que também teve consequências em nossa imprensa” (Guimarães, 2014, p. 105). O aumento da divulgação de notícias no molde característico do *fait divers* esteve atrelado no Brasil a mudanças envoltas pelo processo de modernização e urbanização, sendo tais narrativas compostas por uma atmosfera de medo, curiosidade e principalmente, sensacionalismo (Guimarães, 2014). É nesse horizonte que se insere o presente artigo, cujo objetivo é analisar como o jornal *Diário do Interior*, em circulação na cidade de Santa Maria, localizada na região central do estado do Rio Grande do Sul, construiu discursos de controle urbano e de moral do trabalho durante o ano de 1914 a partir da veiculação de notícias ao estilo dos *faits divers*. Para Santa Maria, nota-se que o periódico citado demonstrou grande intencionalidade em retratar o cotidiano, em especial o

transgressor. Tal fato elucidase a partir da publicação feita em 23 de abril de 1914, no qual o jornal deixa claro esta linha narrativa a seu público leitor:

Procurando na medida de nossas forças, cada vez mais tornar o Diário do Interior, um jornal atractivo, iniciámos, hoje a publicação de clichês de pessoas e factos da actualidade, o que proseguiremos fazendo em dias indeterminados, até que possamos dal-os periodicamente (*Diário do Interior*, 23/04/1914, p. 2, grafia do original).

As notícias veiculadas pelo jornal analisado assumiam, em grande medida, a forma característica dos *fait divers* (Kalifa, 2019). Em sua maioria, eram construídas como narrativas breves, frequentemente desprovidas de títulos, que, ainda assim, apresentavam uma diversidade significativa de informações, sobretudo na descrição da cena criminal. Ao representar o cotidiano transgressor santa-mariense, a linguagem empregada pelo *Diário do Interior* evidencia estratégias discursivas típicas da imprensa local da Primeira República, marcadas por um viés moralizante. Tendo em vista tais aspectos, o presente estudo baseou-se principalmente na análise qualitativa do enunciado das notícias veiculadas pelo *Diário do Interior*, articulando pressupostos da história cultural (Chartier, 1988) e da história social, dialogando com a Análise de Conteúdo (Bardin, 2016; Constantino, 2002) e a Análise do Discurso (Maingueneau, 2015; Orlandi, 1987; Pêcheux, 1995; Foucault, 1996). Esse cruzamento teórico-metodológico permite compreender o jornal analisado não apenas como fonte de informação, mas como agente discursivo, responsável por difundir classificações sociais, moralizar práticas e reforçar hierarquias em seu tempo.

Ao se debruçar sobre a imprensa local de uma cidade do interior, este artigo busca contribuir para a historiografia da Primeira República, evidenciando que a produção de discursos de ordem, moralidade e controle não se limitavam aos grandes centros, mas fazia parte de um processo mais amplo de construção do urbano no Brasil. Além disso, pretende-se apontar como tais práticas discursivas revelam continuidades com problemas contemporâneos, em que a criminalização da pobreza e a legitimação seletiva da ordem permanecem como tensões centrais da vida social. Para além da introdução e considerações finais, o artigo é dividido em duas seções principais: a primeira visa delinear a metodologia e os pressupostos teóricos adotados para a análise em questão e a segunda seção visa contextualizar o jornal *Diário do Interior* discutindo seus discursos tendo em perspectiva alguns expoentes de suas notícias retratando o cotidiano transgressor em Santa Maria no ano de 1914.

A imprensa como objeto de análise: metodologia adotada e pressupostos teóricos mobilizados para o estudo do *Diário do Interior*

Metodologicamente, a pesquisa analisou 305 edições do jornal *Diário do Interior*, todas veiculadas ao longo do ano de 1914.² O recorte temporal centrado em 1914 justifica-se por este corresponder ao primeiro ano de circulação completa do jornal cujas edições se encontram integralmente preservadas e acessíveis para análise.³ A partir desse corpus documental, foram identificadas 1029 notícias que retratavam diferentes situações ocorridas na cidade de Santa Maria e que foram representadas pelo jornal enquanto transgressões à ordem urbana (Puchalski, 2024). A seleção dessas notícias fundamentou-se nos dispositivos normativos estabelecidos pelo Código Penal de 1890 e pelo Código de Posturas Municipais de Santa Maria de 1913, os quais orientaram a definição do que foi considerado transgressão no período analisado. No conjunto das notícias identificadas, a presente investigação priorizou aquelas que tematizavam ocorrências criminais, com especial atenção aos episódios enquadrados na categoria analítica adotada como *Desordem/Embriaguez/Vadiagem*. Essa categoria reúne 135 ocorrências, correspondendo a 13,12% do total das notícias identificadas, o que evidencia de forma expressiva a articulação entre moralidade e práticas de disciplinamento urbano no contexto santa-mariense da Primeira República.

Como ferramenta metodológica, o estudo articulou a abordagem da Análise de Conteúdo (AC) aliada à Análise de Discurso (AD). Inicialmente, a Análise de Conteúdo (AC) foi utilizada por se caracterizar como um método sistemático e quantitativo para examinar textos presentes no *Diário do Interior*. Seu objetivo é identificar padrões, frequências ou categorias explícitas dentro do material analisado. Segundo Laurence Bardin (2016), o método da AC baseia-se em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento/interpretação dos resultados. Neste trabalho a fase de pré-análise ocorreu no contato preliminar com as edições do *Diário do Interior* referente ao ano de 1914. A exploração foi o momento em que se identificou o jornal como um artefato cultural representativo de disputas simbólicas acerca da transgressão, da ordem e da moralidade no contexto da Primeira República em Santa Maria. Na fase de tratamento/interpretação foi realizado a seleção e organização das unidades de registro vinculadas a transgressões

² O periódico encontra-se atualmente disponível para consulta presencial no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

³ Ressalta-se que na pesquisa em desenvolvimento a nível de mestrado os anos de veiculação do periódico *Diário do Interior* estão sendo expandidos em análise, não restringindo-se a investigação ao ano de 1914.

noticiadas pelo periódico, ou seja, as identificadas enquanto *Desordem/Embriaguez/Vadiagem*.

A adoção da Análise de Conteúdo (AC) é reforçada pela contribuição de Núncia Santoro Constantino (2002), que propõe sua articulação com a pesquisa histórica. Para a autora, os textos analisados não devem ser compreendidos como meros reflexos da realidade, mas como espaços de produção e reprodução de discursos, passíveis de decomposição, categorização e interpretação a partir de suas marcas internas e de seus vínculos com o contexto sociocultural que os engendrou. Nessa perspectiva, deixa de ser central a preocupação com a autenticidade formal do documento, deslocando-se o foco para os sentidos produzidos, o contexto de enunciação e os destinatários do texto. Como afirma Constantino, “não se trata mais de saber sobre a autenticidade dos selos, das moedas, ou da validade de um sinal gráfico. Trata-se agora de saber o que disse o autor, qual o sentido literal de sua comunicação, [...] em que contexto escreveu, e para quem o fez” (Constantino, 2002, p. 187). Dessa forma, a AC, articulada ao estudo historiográfico, oferece uma perspectiva ampliada sobre o documento histórico, ao evidenciar os processos de seleção, organização e construção da narrativa.

A perspectiva metodológica adotada articula-se também com a Análise do Discurso (AD), uma vez que se trata de um método qualitativo voltado ao exame de como os sentidos são produzidos, regulados e condicionados em textos ou falas, possibilitando a compreensão das ideologias, das relações de poder e das normas sociais inscritas no discurso. A partir da proposta de Dominique Maingueneau (2015), entende-se o discurso como prática situada, enraizada em condições sociais, históricas e institucionais. Conforme Dominique Maingueneau, o discurso deve ser contextualizado, pois, de acordo com o autor, “não diremos apenas que o discurso intervém em um contexto, como se o contexto não passasse de uma moldura, de um cenário: fora de contexto, não se pode atribuir um sentido a um enunciado” (Maingueneau, 2015, p. 26). Como observa Maingueneau (2008), o discurso mobiliza um *ethos*, uma imagem de autoridade que busca persuadir o leitor e consolidar sua credibilidade. Neste sentido, o autor pontua três princípios mínimos ao se pensar o *ethos*:

- o *ethos* é uma noção discursiva, ele se constrói através do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior a sua fala;
- o *ethos* é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro;
- é uma noção fundamentalmente híbrida (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica (Maingueneau, 2008, p. 17).

Tendo em vista tais delineamentos, ao se analisar o jornal *Diário do Interior* enquanto instância discursiva que narrava comercialmente o cotidiano considerado transgressor, observa-se a projeção feita por este de um *ethos* de guardião da ordem. Por meio de suas narrativas, o periódico se atribuía a autoridade de classificar os sujeitos entre o cidadão ideal e aquele que rompia com esse modelo, a figura do transgressor, orientando, assim, a percepção coletiva acerca de quem representava ameaça à moral e à tranquilidade urbana. Conforme assinala Maingueneau (2008), o *ethos* não é exterior ao discurso, mas se constrói nele e por meio dele, operando como uma estratégia de influência sobre o leitor. Nessa perspectiva, o *Diário do Interior*, ao noticiar crimes e desordens durante a Primeira República reforçava uma moralidade fundada no trabalho, na disciplina e no respeito à ordem, contribuindo para a legitimação de hierarquias sociais por meio de narrativas aparentemente informativas, mas carregadas de valores normativos.

É nesse ponto que se torna possível aproximar tal funcionamento discursivo da noção de Discurso Pedagógico (DP), conforme proposto por Eni Pulcinelli Orlandi (1987). O Discurso Pedagógico caracteriza-se por sua função de ensinar, orientar e socializar conhecimentos e comportamentos, não se limitando à transmissão neutra de informações, mas atuando na produção de sujeitos socialmente moldados, isto é, indivíduos que internalizam normas, valores e modos de pensar considerados desejáveis. Ainda que a análise de Orlandi (1987) tenha se concentrado no contexto escolar, argumenta-se que, no caso em questão, o *Diário do Interior* também operava sob esse viés pedagógico, ao atuar como instrumento de orientação moral e disciplinamento social no espaço urbano santa-mariense.

Para compreender como esse caráter pedagógico e moralizante se materializa no discurso jornalístico, torna-se fundamental recorrer à distinção entre intradiscurso e interdiscurso, tal como formulada por Michel Pêcheux (1995). O intradiscurso refere-se ao enunciado concreto, ao fio do dizer tal como se organiza em uma situação específica de enunciação, enquanto o interdiscurso diz respeito ao conjunto de dizeres anteriores e exteriores que sustentam e possibilitam esse enunciado, constituindo a memória discursiva. Desse modo, o intradiscurso nunca é autônomo, mas se ancora em formações discursivas historicamente constituídas. No caso do *Diário do Interior*, o intradiscurso manifesta-se nas notícias que narram crimes, desordens e comportamentos considerados desviantes. Já o interdiscurso corresponde ao repertório mais amplo de concepções sobre moralidade, ordem, criminalidade e civilidade que circulavam na Primeira República e que atravessam essas enunciações, permitindo compreender como o jornal reinscrevia, atualizava e legitimava tais valores ao noticiar o cotidiano urbano. Nesse sentido, quando o *Diário do Interior* descreve

um indivíduo como “vadio” ou “perigoso”, o faz a partir do intradiscorso do texto jornalístico, mas sustentado pelo interdiscurso das formações discursivas que associavam pobreza e desordem à ameaça social.

A noção de ideologia conforme Michel Pêcheux (1995) também auxilia a compreender como os enunciados jornalísticos produzidos pelo *Diário do Interior* não apenas informavam, mas também produziam efeitos de naturalização sobre aquilo que noticiavam. Ao narrar crimes, conflitos ou desordens, nota-se que o jornal constrói uma visão de mundo atravessada por ideologias que organizam quem é visto como “cidadão trabalhador” e quem aparece como “desordeiro” ou “criminoso”. O óbvio de suas narrativas, aquilo que parece evidente e incontestável, é, na verdade, um efeito da ideologia materializada na linguagem. A imprensa local, nesse sentido, pode ser entendida como um espaço de elaboração de linguagens políticas da ordem e da civilidade, que, ao narrar *faits divers* e pequenos delitos, contribuía para consolidar uma gramática urbana de disciplinamento.

Além dos aportes da AC e AD, esta pesquisa também articula compreensões foucaultianas acerca do discurso e do poder disciplinar. Foucault (1999) evidencia como práticas de vigilância e normalização produzem sujeitos dóceis e úteis. Foucault (1996) discute os mecanismos de exclusão que regulam quem pode falar e em que condições. Essas noções são mobilizadas a vista de compreender o *Diário do Interior* não apenas como veículo de informação, mas como instância de produção de verdades, que delimitava fronteiras de moralidade, legitimava vigilâncias e excluía determinadas vozes do espaço urbano. Conforme Foucault (1996):

[...] a análise do discurso, assim entendida, não desvenda a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação. Rarefação e afirmação, rarefação, enfim, da afirmação e não generosidade contínua do sentido, e não monarquia do significante (p. 70).

No interior dessa vertente teórica, o discurso é compreendido como não transparente nem universal, sendo regulado por mecanismos de rarefação (tais como exclusões, censuras e limites) e, simultaneamente, dotado de caráter produtivo, na medida em que cria verdades, saberes e normas sociais. A partir da adoção da perspectiva foucaultiana (1996), a Análise do Discurso não busca revelar um sentido universal, mas evidenciar os processos pelos quais os sentidos são construídos, selecionados e legitimados em contextos históricos específicos. No caso do *Diário do Interior*, tal dinâmica manifesta-se na forma como determinadas ocorrências são narradas, enquanto outras permanecem invisibilizadas. Ao selecionar quais

fatos relatar e quais aspectos enfatizar, o jornal opera uma rarefação do discurso (Foucault, 1996), tornando visíveis apenas certos recortes da realidade social. Concomitantemente, ao classificar comportamentos como desviantes ou socialmente condenáveis, o periódico exerce um poder de afirmação, reforçando normas, valores e hierarquias morais vigentes na sociedade da Primeira República.

Desse modo, os sentidos produzidos pelo jornal não se apresentam como neutros ou absolutos, mas como resultado de um jogo de limites, exclusões e legitimações, revelando a participação ativa da imprensa na construção social do desordeiro urbano. Sob essa ótica, torna-se visível que os discursos veiculados pelo *Diário do Interior* ultrapassam a mera função informativa, operando como parte de uma estratégia política de construção de consensos e de naturalização de determinadas hierarquias sociais. As notícias e comentários, mais do que relatar crimes ou desordens, traduziam esses acontecimentos por meio de uma linguagem permeada por juízos de valor, reforçando projetos de controle urbano, disciplinamento das camadas populares e legitimação da ordem social vigente.

A análise do jornal *Diário do Interior* proposta neste artigo também dialoga com a perspectiva do campo de estudos abrangidos pela perspectiva da história cultural conforme delineada por Roger Chartier (1988). Segundo o autor, “a história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler” (Chartier, 1988, p. 16-17). Compreende-se que os discursos jornalísticos não se limitavam a descrever a realidade, mas atuavam como representações que organizavam a experiência social dos indivíduos de seu tempo. Para Roger Chartier:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (1988, p. 17).

No mesmo sentido, a reflexão de Roger Chartier (1988) acerca da relação entre práticas e representações oferece um aporte fundamental para este trabalho. Para Chartier (1988), as representações são construções simbólicas que não apenas refletem, mas moldam e classificam o mundo social, legitimando relações de poder e instituindo hierarquias. Nesse sentido, ao noticiar e adjetivar acontecimentos cotidianos, o jornal *Diário do Interior* produzia fronteiras entre ordem e desordem, projetando a figura do cidadão ideal como parâmetro de moralidade urbana e contrapondo-o ao transgressor cuja presença ameaçava a ordem pública.

O *Diário do Interior* retrata o cotidiano transgressor: moralização e controle urbano a partir da narrativa criminal

Segundo Silvana Grunewaldt, durante a Primeira República, Santa Maria consolidou-se como um centro urbano estratégico no interior do Rio Grande do Sul, tendo a ferrovia como eixo fundamental de articulação com outras regiões, como Porto Alegre e Cruz Alta (Grunewaldt, 2010). A estação ferroviária, além de facilitar a circulação de pessoas e mercadorias, configurava-se como um espaço privilegiado de interação social e visibilidade pública, no qual diferentes classes se cruzavam e as tensões sociais tornavam-se perceptíveis no cotidiano. Como observa a autora, “sujeitos elegantes misturavam-se a passageiros menos abonados na estação, onde diferentes tipos de pessoas passavam: ansiosos, apressados, admirados, despreocupados, mulheres, homens, crianças, mendigos, pretos, brancos, alemães, judeus, italianos, portugueses” (Grunewaldt, 2010, p. 340).

Nesse contexto, o processo de urbanização em Santa Maria foi marcado por expressivo crescimento populacional, impulsionado pela chegada de migrantes, trabalhadores urbanos e famílias vinculadas ao comércio e aos serviços, ampliando a diversidade social e intensificando os desafios de convivência nos espaços públicos (Carvalho, 2005). Configurava-se, assim, uma estratificação social evidente, na qual elites e famílias tradicionais buscavam preservar privilégios e padrões morais, enquanto grupos marginalizados eram submetidos à vigilância e à estigmatização, dinâmica que se refletia nas notícias sobre criminalidade e transgressão veiculadas pelo *Diário do Interior*.

O jornal *Diário do Interior* surgiu em 16 de maio de 1911, sob a direção e propriedade de Alfredo Rodrigues da Costa e gerência de Nei Luís Osório (Beltrão, 1979). Conforme Romeu Beltrão (1979), Alfredo Rodrigues da Costa fundou o jornal *Diário do Interior*, caracterizando-se como “folha da manhã e independente” (Beltrão, 1979, p. 464). Sobre o impacto do jornal na região, Romeu Beltrão (1979) pontua enfaticamente que:

Foi o melhor jornal de S. Maria e talvez do interior do Estado até 1940. Noticioso, com bom serviço telegráfico, oportunas transcrições de artigos de fundo de jornais do Rio e S. Paulo, completamente afastado da política e de assuntos apaixonantes, ficou o DIÁRIO como um marco divisório na história da imprensa santa-mariense. Acabou melancolicamente, devido às fraquezas do seu segundo e último proprietário, Nei Luís Osório (Beltrão, 1979, p. 464).

Para João Belém (2000), contemporâneo das mudanças ocorridas em Santa Maria, o jornal *Diário do Interior* foi o primeiro periódico de caráter diário na região, tendo tido um

grande aceite pela população, que inserida em meio a aceleração e urbanização de uma cidade em pleno desenvolvimento, ansiava por estar informada cotidianamente do que ocorria nesta, no restante do estado, no país, e até mesmo no mundo (Belém, 2000). As notícias acerca do que ocorria no estado e principalmente no restante do país e no mundo era veiculada pelo periódico em sua seção intitulada *Tellegrammas* (*Diário do Interior*, 1914), na qual o próprio jornal caracterizava como *O serviço Especial do Diário do Interior* (Puchalski, 2024).

Como citado inicialmente, observa-se na escrita do *Diário do Interior* um forte caráter sensacionalista, marcado pelo destaque de títulos chamativos, relatos detalhados de crimes e dramatização de acontecimentos cotidianos, que buscavam prender a atenção do leitor e construir uma narrativa de alerta e vigilância social. Exponentes neste sentido, podem ser observados nos títulos a seguir: “Uma jovem assassina, perversamente, uma criança”;⁴ “Um horroroso assassinato”;⁵ “Um homem xarqueado UMA FE'RA HUMANA horroroso assassinato A' bala e á espada Na Porteirinha, 2º districto de Santa Maria DETALHES DO CRIME”⁶, “Homem varado por uma bala- Mysterio que se desvenda. Prisão do criminoso”⁷. Para Dominique Kalifa (2017), nos periódicos esse acionamento narrativo possuía como objetivo atrair e manter o interesse do público leitor, renovando narrativas que se tornavam cada vez mais recorrentes. Esse sensacionalismo também se articulava a um moralismo explícito, presente na forma como os indivíduos eram classificados entre cidadãos e o desordeiro urbano, ou na ênfase sobre comportamentos tidos como transgressores à moral e à ordem urbana.

No caso do jornal santa-mariense, *Diário do Interior*, o *ethos* (Maingueneau, 2015), projetado era o de um guardião da ordem, capaz de classificar cidadãos entre o cidadão ideal e o que rompe com esta ideia, ou seja, a figura do transgressor, orientando, assim, a percepção coletiva sobre quem representava ameaça à moral e à tranquilidade urbana. Na sequência, evidenciam-se os principais eixos por meio dos quais essa função disciplinadora se manifesta na narrativa criminal feita pelo jornal: a construção de uma moralidade intrinsecamente associada ao trabalho; a categorização da vadiagem como marca pejorativa e desqualificadora; a produção de estigmas sociais; e o recurso ao sensacionalismo como estratégia discursiva para inscrever e legitimar práticas de controle sobre o espaço urbano e seus sujeitos. Esses eixos serão aprofundados a partir da análise de excertos selecionados de notícias publicadas no período em estudo.

⁴ *Diário do Interior*, Santa Maria, sábado, 03 de janeiro de 1914. Nº 2, p. 5.

⁵ *Diário do Interior*, Santa Maria, sexta-feira, 12 de junho de 1914. Nº 136, p. 5.

⁶ *Diário do Interior*, Santa Maria, sábado, 13 de junho de 1914. Nº 137, p. 1.

⁷ *Diário do Interior*, Santa Maria, quinta-feira, 18 de junho de 1914. Nº 141, p. 4.

Em primeiro lugar, a referência no título do presente trabalho faz alusão a um trecho da notícia intitulada “Assassinato à bala No Rosario - Várias notas”, que elucida como expressões e construções linguísticas acionadas pelo *Diário do Interior*, associando trabalho à moralidade, legitimidade e cidadania. Publicada pelo jornal *Diário do Interior* no dia 24 de março de 1914, na edição número 69 do periódico, a notícia informava sobre o assassinato de Felipe Sanches. Um trecho da notícia referida pode ser visualizado transcrito a seguir:

Sabbado ultimo, quando os habitantes da villa do Rosario repousavam tranquillamente, desenrolou-se em um dos seus bairros, **uma lamentável occorrença, roubando a vida a um cidadão trabalhador e ali muito considerado**. O facto criminoso, segundo as informações colhidas pela nossa reportagem, **deu-se do seguinte modo**: Felipe Sanches, de cor branca contando 24 annos de idade, solteiro, conferente da estação ferrea do Rosario, onde se achava ha um anno, mais ou menos, mantinha rixas antigas com Jorge Thadeu, de profissão barbeiro, branco, contando 25 annos, presumíveis. Essas rixas, parece, tiveram origem no facto de ter a victima recusado uma **nota falsa** que o **assassino** tentou passar-lhe, certa occasião. Sabbado, realizando-se um baile em a casa de umas raparigas de costumes faceis, para ali se encaminhou Felipe Sanches, sem que outra cousa lhe preoccupasse o espirito. Momentos depois, regulando 23 horas, chegou ao baile Jorge Thadeu, deixando na frente da casa o cavallo enciado em que fôra e, acto continuo, deu entrada no salão das danças, **trajando a estylo gaúcho**. Uma vez no interior da casa juntamente com o seu inimigo favorito, sem dar uma palavra, ao que nos consta, sacando do revolver que levava, alvejou Sanches com 5 tiros, attingindo ao alvo 3 projectis nas costas, um na frente e o ultimo errou, ficando alojada a bala no assoalho. **Este ultimo tiro o assassino desfechou na victima quando esta, já estava caida ao solo, de bruço**. Dos convivas que se achavam no baile, inclusive mulheres, não ficou nenhum dentro de casa. Consumado o crime, Jorge Thadeu montou a cavallo e desapareceu, não sendo encontrado até á hora em que escrevemos esta noticia [...] (*Diário do Interior*, 24/03/1914, p. 3, grafia do original. Grifos meus).

No texto a vítima, Felipe Sanches, é qualificada como “cidadão trabalhador e ali muito considerado” (*Diário do Interior*, 24/03/1914, p. 3, grafia do original), sendo enfatizada sua função laboral como conferente da estação férrea, seu tempo de residência e a estima de que gozava na comunidade, elementos que compõem um discurso de legitimação social baseado na moral do trabalho. O agressor, Jorge Thadeu, por sua vez, é apresentado como sujeito marcado pela violência, pela desonestidade, decorrente de rixas passadas e da tentativa de aplicar nota falsa, assim como descrito com características simbólicas de marginalidade pelo jornal, como o traje “estylo gaúcho” (*Diário do Interior*, 24/03/1914, p. 3, grafia do original). A notícia descreve de forma detalhada a execução do crime, acionando uma narrativa que enfatiza a brutalidade do ato e, ao mesmo tempo, reforça a condição moral da vítima. O texto informa que Jorge Thadeu, “sacando do revolver que levava, alvejou Sanches com 5 tiros, attingindo ao alvo 3 projectis nas costas, um na frente”, acrescentando ainda que

“este ultimo tiro o assassino desfechou na victima quando esta, já estava caida ao solo, de bruço” (*Diário do Interior*, 24/03/1914, p. 3, grafia do original). A insistência na descrição da cena, bem como a menção à fuga imediata do agressor, contribui para a construção de um quadro de violência extrema e de covardia, que reforça simbolicamente a oposição entre o agressor e a vítima.

Da mesma forma, o traslado do corpo e os rituais fúnebres são narrados posteriormente com atenção especial, conferindo à vítima uma representação marcada pela honra e pelo reconhecimento social. O jornal destaca que, após a comunicação do crime, a família “seguiu, em trem especial para o Rosario, posto á sua disposição”, e que o corpo de Felipe Sanches “veio para esta cidade, tendo chegado ás 24 horas de domingo, e levado para a casa de sua familia, á rua dos Andradas, onde foi velado e dado, hontem, ás 8 horas, á sepultura” (*Diário do Interior*, 24/03/1914, p. 3, grafia do original). A descrição do deslocamento, do velório e do sepultamento insere a vítima em um circuito simbólico de dignidade, pertencimento urbano e respeito público. Nesse sentido, a narrativa jornalística não apenas informa sobre o assassinato, mas organiza discursivamente a morte, transformando-a em um acontecimento moralizado. Ao articular a violência da execução com a solenidade do traslado e do sepultamento, o *Diário do Interior* atua como instância de classificação social e disciplinamento, produzindo fronteiras simbólicas entre ordem e desordem, dignidade e marginalidade. Assim, a notícia exemplifica de forma contundente a construção discursiva de figuras sociais contrastantes no espaço urbano de Santa Maria: o “cidadão trabalhador” assassinado e o “desordeiro”, representado na figura do agressor.

O cenário do crime, um baile em uma casa de mulheres de “costumes fáceis” (*Diário do Interior*, 24/03/1914, p. 3, grafia do original), é narrado como espaço de transgressão moral, reforçando a oposição simbólica entre trabalhador produtivo e indivíduo desordeiro. Observa-se que a referência ao local do crime não cumpre uma função meramente descritiva, mas atua como um operador discursivo carregado de sentidos morais e sociais historicamente construídos. Ao citá-lo como uma casa de mulheres de “costumes fáceis”, o jornal utiliza-se de uma expressão que funcionava como rótulo moralizador capaz de condensar, em poucas palavras, juízos de valor sobre gênero, classe e respeitabilidade. Ao empregar essa formulação, o *Diário do Interior* aciona um repertório discursivo previamente estabilizado, no qual determinadas mulheres, sobretudo pobres, eram associadas à promiscuidade, à desordem e ao perigo moral (Soihet, 1989). No plano do discurso, a expressão desloca a atenção do ato criminoso em si para o ambiente em que ele ocorre, sugerindo que a violência é, de certo modo, esperada ou naturalizada naquele espaço. Em importante análise sobre a questão da

honra feminina em Santa Maria do prelúdio republicano, Bárbara Textor (2019) elucida que tais representações associavam certos espaços femininos à perda da honra e à ruptura da ordem urbana, contribuindo para hierarquizar moralmente sujeitos e lugares. Dessa forma, o emprego da expressão “costumes fáceis” reforça uma lógica discursiva que opõe o universo do trabalho, da respeitabilidade e da cidadania ao da marginalidade e da desordem, inscrevendo o crime em uma narrativa moralizante que atravessa relações de gênero, classe e poder.

O excerto noticioso analisado exemplifica o que Ana Gomes Porto (2003) define como relato sensacional, marcado por um acionamento narrativo que se aproxima fortemente do registro literário. Segundo a autora, o “crime de sensação” caracteriza-se pela presença da chamada “cena de sangue” e pela construção do acontecimento como uma tragédia (Porto, 2003, p. 130). Nessa perspectiva, a descrição da vítima como trabalhadora, mobilizada pelo jornal, não apenas reforça o caráter moralizante da notícia, como também evidencia a função pedagógica atribuída a esse tipo de narrativa, ao sugerir que tais ocorrências “faziam parte de um cotidiano que poderia atingir a todos, inclusive os ‘não envolvidos’” (Porto, 2003, p. 130).

A questão da vadiagem também permeou a narrativa do jornal *Diário do Interior*. Para Maria Helena Souza Patto (1999, p. 174), a categoria de vadio funcionava como um instrumento de criminalização da pobreza na Primeira República, atingindo tanto escravizados quanto pobres livres que, de alguma maneira, não estavam inseridos no modelo formal de trabalho. Práticas de sobrevivência ligadas à informalidade, ao desemprego ou mesmo à recusa de se submeter a certas normas trabalhistas também eram reinterpretadas como indícios de criminalidade, legitimando a ação repressiva da polícia e reforçando o estigma racial (Patto, 1999). Como observa a autora:

A preocupação obsessiva de cientistas e autoridades policiais nos países industriais europeus com a ‘vagabundagem’ repetia-se aqui, embora não pelos mesmos motivos. Bastava ser pobre, não-branco, desempregado ou insubmisso para estar sob suspeita e cair nas malhas da polícia (Patto, 1999, p. 175).

A categoria de “vadiagem” foi central na forma como o Estado e as elites urbanas da Primeira República enquadraram os pobres e não-brancos dentro de uma lógica de criminalização. Para Elizabeth Cancelli, “segundo o Código, a vadiagem abrangia aqueles que não possuíssem domicílio, meios de subsistência, ofício ou profissão para ganhar a vida honestamente” (Cancelli, 2001, p. 160-16). A análise realizada por Patto (1999) e Cancelli (2001) evidencia que, no contexto brasileiro, o que estava em discussão não era apenas a

ociosidade em si, mas a tentativa de disciplinar socialmente grupos vistos como desordeiros, inúteis ou perigosos à ordem pública. Esse quadro revela que a vadiagem operava menos como descrição de uma condição social e mais como um marcador de exclusão, que permitia associar pobreza e raça a perigo, consolidando discursos e práticas de controle urbano. Exemplos de notícias nesse sentido podem ser visualizadas a seguir, uma prosa rimada intitulada “O Vadio”, publicada pelo *Diário do Interior* em sua edição 108:

O advogado faz defesa, [...] o juiz profere sentença, lavra termo o escrivão. O médico faz receitas que o boticário prepara; o dentista extrahe os dentes e o barbeiro rapa a cara. Comerciante faz negocio e transacção, serve o freguez o caixeiro. O agricultor compra terra e paga administrador; este organisa a fazendo com o auxílio do feitor. O machinista trabalha na industria ou fabricação; amolda o aço o ferreiro pondo a bigorna em acção. Jornalista escreve artigos, que entrega ao compositor; depois de juntos os typos, passa ás mãos do impressor. O professor faz compedios, destinados ao ensino, que o mestre bom introduz na cabeça do menino. **Afinal, nós neste mundo, vivendo num rodopio; tudo marcha, tudo lida, só não trabalha o vadio** (*Diário do Interior*, 10/05/1914, p. 2, grafia do original. Grifos meus).

Observa-se que a prosa rimada publicada pelo *Diário do Interior* funciona como uma espécie de crônica moralizante que circulava nos jornais do início do século XX. Diferente das demais notícias criminais, ela utiliza versos rimados para estabelecer uma clara oposição entre os que “trabalham” e os que “não trabalham”. O texto enumera uma série de ofícios (advogado, juiz, escrivão, médico, boticário, dentista, barbeiro, comerciante, caixeiro, agricultor, administrador, feitor, maquinista, ferreiro, jornalista, impressor, professor, mestre), demonstrando como cada um teria uma função utilitária e reconhecida socialmente. Essa listagem sugere uma visão idealizada de uma sociedade harmônica, em que cada indivíduo cumpre seu papel no progresso e na ordem social. No entanto, o poema encerra destacando que, em meio a todos que trabalham e “fazem a roda girar” (*Diário do Interior*, 10/05/1914, p. 2, grafia do original), existe o “vadio” (*Diário do Interior*, 10/05/1914, p. 2, grafia do original), que aparece representado como a exceção negativa, o sujeito que rompe com essa lógica produtiva. A ele é atribuída a marca do desvio e da marginalidade: se todos colaboram para o bem coletivo, o vadio “não trabalha”, sendo visto como ameaça à moral do trabalho que estruturava a sociedade republicana e de discursos que ainda ressoam na atualidade.

Nota-se que a vadiagem era criminalizada e associada a pessoas pobres, sem ocupação fixa ou consideradas improdutivas, reforçando a ideia de que existia uma obrigação de se integrar ao mundo do trabalho e da ordem urbana. Tal vicissitude é exemplificado na notícia a

seguir, na qual indivíduos são recolhidos pela Intendência Municipal⁸ de Santa Maria e entre as acusações, surge o elemento da vadiagem:

Por embriaguez, desordens e vadiagens foram recolhidos ao xadrez da Intendencia Municipal, os individuos, Delfim Montoia, Francisco Antonio Silva e José Verissimo e as mulheres Lavinda de Oliveira, Magdalena Maria da Conceição, Maria Joanna do Rosario e Maria Luiza. O primeiro daquelles individuos tentou reagir á prisão, insultando os agentes municipaes (*Diário do Interior*, 01/11/1914, p. 2, grafia do original).

O modo como a notícia é redigida também é revelador: os nomes dos indivíduos são expostos publicamente, tanto homens quanto mulheres. A repetição de seus nomes em um jornal regional funciona como uma forma de punição simbólica, estendendo a repressão além da prisão física e atingindo suas reputações dentro da comunidade. Destarte, a vadiagem no Brasil republicano não pode ser entendida apenas como uma prática social de marginalidade, mas também como uma categoria discursiva forjada por especialistas e autoridades para explicar, controlar e justificar a exclusão de determinados grupos da ordem social. A moral do trabalho pode ser articulada com a noção foucaultiana de disciplina. Para Foucault (1999), o disciplinamento das populações depende da construção de normas que separam o produtivo do improdutivo, o normal do anômalo. No *Diário do Interior*, essa lógica se traduzia na oposição sistemática entre o “cidadão trabalhador”, símbolo de honra e civilidade, e o “vadio”, cuja improdutividade era associada ao crime e à desordem.

Nota-se também no jornal, a constante construção da figura do desordeiro enquanto ameaça da ordem urbana. Em tais discursos, é nítido o uso de um léxico pejorativo, estereótipos e estratégias de deslegitimação, assim como uma clara relação com práticas de vigilância e punição. Pensando no último aspecto pontuado, a notícia publicada em janeiro de 1914 transcrita a seguir explicita bem isso:

De amanhã, em diante, o capitão Manoel Ortiz Machado, delegado de policia, mandará recolher á prisão todos os individuos vagabundos que perambulam pelas ruas da cidade, depois das 24 horas, (meia-noite). Pondo em pratica essa medida, aquella autoridade visa acabar de vez com os grandes abusos que individuos perversos, a tardias horas da noite, praticam, derrubando e até quebrando bancos da praça Saldanha Marinho e Avenida Rio Branco, revelando malvadez e ausência completa de educação (*Diário do Interior*, 31/01/1914, p. 5, grafia do original).

⁸ A Intendência Municipal era o órgão de administração dos municípios durante a Primeira República (1889-1930), equivalente ao atual Poder Executivo municipal. A mesma era responsável pela gestão dos serviços urbanos, pela aplicação das posturas municipais e pela fiscalização da ordem e dos costumes.

Tal notícia, que anuncia a decisão do delegado Manoel Ortiz Machado de recolher à prisão os “vagabundos” que circulassem pela cidade após a meia-noite, evidencia a forma como o *Diário do Interior* colaborava na legitimação de práticas de controle urbano e disciplinamento social realizados pela oficialidade. No trecho transcrito, a autoridade policial é apresentada como agente racional e protetor da coletividade, enquanto os sujeitos visados são caracterizados por termos carregados de moralidade, “perversos”, “sem educação”, “malvados”, que os enquadram em um *ethos* negativo (Maingueneau, 2015), associado à desordem e à ameaça à vida urbana. Em outra notícia, relatando a exclusão de José Moreira, agente da guarda administrativa, por embriaguez enquanto comandava uma patrulha, demonstra a preocupação do *Diário do Interior* com a manutenção da ordem não apenas entre os cidadãos comuns, mas também entre aqueles responsáveis pela aplicação da lei. Segundo o periódico, “foi excluído de agente da guarda administrativa, José Moreira, que, como comandante de uma patrulha, se embriagara, a ponto de cair” (*Diário do Interior*, 25/04/1914, p. 3, grafia do original). O episódio é narrado de forma a destacar a falha moral e profissional do indivíduo, utilizando termos como “embriagara” e “a ponto de cair” (*Diário do Interior*, 25/04/1914, p. 3, grafia do original) para sublinhar a inadequação de seu comportamento.⁹

Nesse segundo expoente jornalístico, o periódico reforça a lógica disciplinadora, mostrando que o cumprimento da ordem urbana depende tanto da vigilância da população quanto da conduta exemplar dos agentes de autoridade. Ao noticiar esse tipo de transgressão interna à própria instituição policial, a imprensa participa da construção de um *ethos* coletivo (Maingueneau, 2015) de responsabilidade e da legitimação da moral pública, reiterando que todos os sujeitos, cidadãos e autoridades, estão sujeitos às normas sociais e aos padrões de comportamento esperados na Santa Maria da Primeira República. Como aponta Michel Foucault (1999), o poder disciplinar não se exerce apenas de cima para baixo, mas circula, incidindo sobre todos os corpos e instituições. Ao narrar a punição de guardas embriagados, o *Diário do Interior* reiterava que a ordem deveria vigorar não só entre os populares, mas também entre aqueles encarregados de mantê-la.

O jornal *Diário do Interior* também contribuiu na construção narrativa dos lugares considerados desviantes na cidade, construindo para o caso de Santa Maria a construção de locais que Dominique Kalifa (2017) atribui enquanto *Bas-fonds*. Kalifa (2017) evidencia que o termo, mesmo não possuindo nenhuma definição objetiva e apresentando explicações

⁹ A temática foi anteriormente explorada de maneira mais aprofundada por Gabriel Luis Kunzler, que analisou as práticas policiais em Santa Maria a partir das ordens do dia de 1919 (Kunzler, 2023).

difusas e incertas, é uma expressão rapidamente compreendida, dado principalmente ao sentido social atribuído ao termo. Tais locais são definidos como bares, casas de jogos ou de prazeres, reuniões populares. São ambientes que em larga medida são narrados de maneira pejorativa pela perspectiva do jornal como ambientes por si só transgressores. A expressão é ligada a todos os locais considerados avessos, ligados a esfera antagônica da moralidade, sendo definidos como estreitamente vinculado a três dimensões: a da miséria, do vício e a do crime (Kalifa, 2017). Notícias, nesse sentido, podem ser observadas nas transcrições a seguir, que remontam a estação férrea local e a praça central enquanto locais transgressores em Santa Maria nos anos iniciais da Primeira República:

Apezar das repetidas reclamações da Imprensa local, a da **Viação Ferrea**, á tarde e á noute, prosegue sendo **o paraíso dos vagabundos** e dos garotos que ali se reúnem, ao approximar se a hora da chegada dos trens, formando uma **algazarra infernal e proferindo as maiores obscenidades**, sem o menor respeito ás famílias que ás vezes, ali vão [...] (*Diário do Interior*, 05/03/1914, p. 4, grafia do original. Grifos meus).

Está chamando a atenção o facto de alguns **individuos desoccupados**, reunidos todas as noites, **na praça Saldanha Marinho**, provocarem scenas ridiculas e fazerem grandes algazarras, á passagem de **mulheres publicas**, ás quaes **dirigem palavras que a moral repelle. As ridicularisadas desandam sempre numa chuva de palavras obcenas** (*Diário do Interior*, 15/04/1914, p. 1, grafia do original. Grifos meus).

As notícias analisadas constroem um imaginário urbano no qual determinados espaços (estações férreas, praças públicas e bordéis) são apresentados como ambientes perigosos e moralmente suspeitos, naturalmente associados à desordem e à transgressão. No primeiro excerto, referente à estação férrea, observa-se a construção de um espaço urbano marcado pela transgressão a partir de uma operação discursiva que combina moralização, hierarquização social e apelo sensorial. A estação é definida como “paraíso dos vagabundos e dos garotos”, formulação que associa o local a sujeitos previamente desqualificados e o retira do campo da neutralidade funcional, inscrevendo-o como espaço de desordem. O uso reiterado de termos como “algazarra infernal”, “maiores obscenidades” e “sem o menor respeito às famílias” intensifica o caráter negativo da cena descrita e produz um contraste moral explícito entre os frequentadores legítimos (as “famílias”) e aqueles apresentados como intrusos e desviantes. Tal escolha vocabular não apenas descreve comportamentos, mas os enquadra moralmente, ativando um regime de leitura no qual o ruído, a fala e a presença corporal desses sujeitos são percebidos como ameaça à ordem urbana e aos valores sociais dominantes.

Já a segunda notícia, centrado na praça Saldanha Marinho, reforça essa lógica ao articular a transgressão espacial à dimensão de gênero e sexualidade, ampliando os efeitos de estigmatização. A presença de “indivíduos desocupados”, categoria que novamente associa o desvio à ausência de trabalho, é narrada em conjunto com a passagem de “mulheres públicas”, termo que carrega forte carga moral e sexualizante. O foco narrativo desloca-se para as “cenas ridículas”, as “algazarras” e a “chuva de palavras obscenas”, compondo um quadro no qual a praça, espaço simbólico da vida cívica e da sociabilidade urbana, é convertida em palco de degradação moral. A linguagem do jornal não apenas condena as ações descritas, mas sugere uma contaminação do espaço público por práticas consideradas avessas à moralidade, reforçando a oposição entre ordem e desordem, decência e vício. Nesse sentido, a estação férrea e a praça Saldanha Marinho deixam de ser apenas espaços de circulação e passam a integrar, conforme aponta Kalifa (2017), o repertório dos lugares sob suspeição, associados ao perigo, ao ócio e à criminalidade latente em Santa Maria.

Nota-se que a questão da embriaguez é outra temática recorrente na narrativa urbana realizada pelo jornal *Diário do Interior*. A notícia publicada na edição 152 veiculada em 1914 do periódico vincula a questão da embriaguez à violência sofrida. Segundo trecho do relato, “da farra saiu levemente ferido um preto velho que alli vive embriagado e que um dos convivas o arremessou por mais de uma vez ao solo” (*Diário do Interior*, 01/07/1914, p. 5, grafia do original). No trecho o jornal sugere uma causalidade moral: estar embriagado contribui para sua situação de vulnerabilidade e transgressão. A embriaguez é, portanto, utilizada como argumento para reforçar a necessidade de controle policial e vigilância sobre os frequentadores desses espaços. Segundo Elizabeth Cancelli, “os bares e as pensões eram lugares privilegiados da prostituição. Neles, além do comércio sexual, havia música, dança, jogos, bebidas e tóxicos” (Cancelli, 2001, p. 35-36). Enfim, tais locais pareciam aglutinar aos olhos das autoridades os elementos da desordem e deturpação moral. Analisando a questão da embriaguez ligada a masculinidade, Maria Izilda Santos de Matos (2001) pontua que o fenômeno no período analisado ganhou a atenção de diferentes autoridades, principalmente do setor médico que promulgava inúmeras campanhas sobre o malefício do hábito (Matos, 2001). Segundo a autora, “os discursos em questão reiteradamente associavam o alcoolismo ao jogo, fumo, vagabundagem, boemia e mendicância, provocados por uma ociosidade que era incompatível com uma “sociedade moderna e civilizada” direcionada para “a ordem e o progresso” (Matos, 2001, p. 34). Nesse sentido, locais como bares e botequins, ambientes frequentados por trabalhadores urbanos, imigrantes e outros setores das camadas populares, passaram a ser malvistas pelas elites e autoridades, representando um risco à ordem e à

moralidade. (Matos, 2001). Desta maneira, “o controle social deveria atingir, em particular, as camadas populares, seus espaços de trabalho e lazer (o botequim), reformular os perfis e coibir a criminalidade” (Matos, 2001, p. 57).

A partir da análise e leitura detalhada destes expoentes de notícias publicadas pelo *Diário do Interior*, nota-se que as linguagens são políticas com sistemas históricos de significados. Nesse sentido, a linguagem não é apenas um meio de expressão, mas também um instrumento de ação política, situado em um contexto específico e dotado de vocabulário próprio. O vocabulário utilizado ao nomear sujeitos como “vadios”, “desordeiros” ou “embriagados” evidencia um esforço político de significar o espaço urbano como um lugar em disputa, em que certas presenças deveriam ser reguladas ou eliminadas em nome do progresso e da moralidade pública. Desta forma, ao articular a retórica policial, moral e jurídica, o jornal desempenhava o papel de mediador entre o poder local e a população, transformando a narrativa dos *faits divers* em linguagem política que favorecia os interesses dos grupos dirigentes e consolidava uma visão de cidade compatível com os ideais de ordem da Primeira República. Destarte, Santa Maria da Primeira República se apresenta como um espaço em que urbanização, circulação populacional e mediação discursiva da imprensa se articulavam, produzindo uma ordem social e moral que refletia tanto as hierarquias de classe quanto os mecanismos de vigilância e controle urbano.

Considerações finais

As reflexões realizadas neste trabalho demonstram que o jornal *Diário do Interior* não apenas registrava acontecimentos cotidianos, mas atuava como um agente ativo na construção da ordem social e moral em Santa Maria da Primeira República. A moralidade atrelada ao trabalho era constantemente mobilizada como critério de legitimação social, funcionando como elemento central na distinção entre o cidadão considerado honesto e produtivo e aqueles enquadrados como desordeiros ou transgressores. Tais episódios, analisados à luz da Análise de Conteúdo (AC) e da Análise do Discurso (AD), demonstram que o jornal funcionava como um espaço de mediação entre a população, as autoridades e a moral social, construindo significados sobre quem merecia inclusão, punição ou atenção especial. Nota-se assim, que, por meio da seleção dos fatos noticiados, da adjetivação dos sujeitos e da forma como crimes e condutas desviantes eram narrados, o jornal produzia e reforçava hierarquias sociais, contribuindo para a naturalização de valores associados à disciplina, à respeitabilidade e à

ordem urbana. Nesse sentido, a imprensa local assumia um papel pedagógico e moralizante, orientando percepções, comportamentos e julgamentos no espaço urbano santa-mariense.

A análise histórica dos discursos veiculados pelo jornal *Diário do Interior* revela ainda que as práticas de criminalização e vigilância seletiva presentes na Primeira República possuem ecos na contemporaneidade, permitindo refletir sobre a persistência de estigmas sociais, mediação midiática e formas de controle moral e social. O estudo evidencia, portanto, que mesmo em uma cidade do interior, a imprensa desempenhava papel central na produção de sentidos e na legitimação de normas, influenciando percepções, consolidando valores e orientando comportamentos coletivos. Por fim, este trabalho buscou reforçar a importância da articulação entre teoria do discurso, e a pesquisa histórica a fim de compreender a imprensa como espaço de construção social. O *Diário do Interior*, ao narrar criminalidade, desordem e condutas transgressoras, evidencia a complexa relação entre mídia, poder e sociedade, oferecendo contribuições significativas para os estudos de criminalidade urbana, moralidade e formação da ordem social, tanto na Primeira República quanto na análise das práticas discursivas e sociais contemporâneas. Ressalta-se que a pesquisa continua em desenvolvimento a nível de mestrado, propondo-se em estudos futuros aprofundar discussões relacionadas à temática em um recorte de classe, raça e de gênero.

Fontes

Diário do Interior, Santa Maria, 03 jan. 1914. N° 2, p. 5. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Diário do Interior. Santa Maria, 31 jan. 1914. N° 26, p. 5. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Diário do Interior. Santa Maria, 05 mar. 1914. N° 53, p. 4. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Diário do Interior. Santa Maria, 24 mar. 1914. N° 69, p. 3. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Diário do Interior. Santa Maria, 15 abr. 1914. N° 87, p. 1. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Diário do Interior. Santa Maria, 23 abr. 1914. N° 94, p. 2. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Diário do Interior. Santa Maria, 25 abr. 1914. N° 96, p. 3. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Diário do Interior. Santa Maria, 10 mai. 1914. Nº 108, p. 2. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Diário do Interior. Santa Maria, 12 jun. 1914. Nº 136, p. 5. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Diário do Interior. Santa Maria, 13 jun. 1914. Nº 137, p. 1. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Diário do Interior. Santa Maria, 18 jun. 1914. Nº 141, p. 4. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Diário do Interior. Santa Maria, 01 jul. 1914. Nº 152, p. 5. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Diário do Interior. Santa Maria, 01 nov. 1914. Nº 256, p. 2. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, José D'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas - uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História**, v. 52, t. LII, p. 397-419, 2021. DOI: https://doi.org/10.14195/0870-4147_52_17

BELÉM, João. **História do município de Santa Maria 1797-1933**. 3. ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2000.

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho: 1787-1930**. Tip. Ed. La Salle, 1979.

BRASIL. **Decreto nº 847**, de 11 de outubro de 1890. Código penal.

BRETAS, Marcos Luiz. Entre crimes e leis: imaginação e a história brasileira do crime. In: VENDRAME, M. I.; MAUCH, C.; MOREIRA, P. R. S. (orgs.). **Crime e justiça: reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa**. São Leopoldo: Oikos, Ed. Unisinos, 2018, p. 13-32.

CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei: 1889-1930**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. **Entre a solidariedade e a animosidade**: os conflitos e as Relações Interétnicas Populares Santa Maria–1885 a 1915. 2005. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2005.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CONSTANTINO, Núncia S. de. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. **Estudos Ibero-Americanos**, v. XXVIII, n. 1, p. 183-194, jun. 2002. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2002.1.23794>

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalhete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GRUNEWALDT, Silvana. Santa Maria e a modernização da paisagem urbana no fim do século XIX e início do século XX. In: RIBEIRO, J. I.; WEBER, B. T. (orgs.). **Nova História de Santa Maria**: contribuições recentes. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, 2010, p. 335-348.

GUIMARÃES, Valéria. Os primórdios da história do sensacionalismo no Brasil: os fait divers criminais. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 16, n. 29, p. 103-124, 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/34324>. Acesso em: 29 out. 2024.

GUIMARÃES, Valéria. Apresentação- Mera espuma das ondas ou uma história cultural do crime. In: KALIFA, D. **A tinta e o sangue**: narrativas sobre crimes e sociedade na Belle Époque. São Paulo: Editora da Unesp, 2019, p. 9-15.

KALIFA, Dominique. **Os Bas-fonds**: História de um imaginário. São Paulo: EDUSP, 2017.

KALIFA, Dominique. **A tinta e o sangue**: narrativas sobre crimes e sociedade na Belle Époque. São Paulo: Editora da Unesp, 2019.

KUNZLER, Gabriel Luis. **Embriaguez, brigas e prisões**: uma análise da polícia de Santa Maria através da leitura das ordens do dia de 1919. 2023. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-154.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2015.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Meu lar é o botequim**: alcoolismo e masculinidade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da república. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, J. L. (orgs.). **Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 15-41.

Janaína dos Santos Puchalski. “Cidadão trabalhador e ali muito considerado”: controle urbano e moralidade por meio da análise discursiva do jornal *Diário do Interior* (1914).

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas: Pontes, 1987.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e polícia na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos Avançados**, IEA-USP, v. 13, n. 35, p. 167-98, jan.-abr. 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141999000100017>

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Pulcinelli. Orlandi et al. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

PORTO, Ana Gomes. **Crime em letra de forma**: sangue, gaturagem e um misterioso esqueleto na imprensa do prelúdio republicano. 2003. Dissertação (Mestrado em História), Unicamp, Campinas, 2003.

PUCHALSKI, Janaína dos Santos. “**Os gatunos em ação**”: roubos, furtos e saques nas páginas do Jornal Diário do Interior - a transgressão em Santa Maria da Bocca do Monte RS (1914). 2024. 141 f. Trabalho de conclusão do curso (Graduação em História), Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas. Curso de Licenciatura em História, RS, 2024.

SANTA MARIA. **Lei n. 33**, de 15 de junho de 1913. Coletânea da Legislação Municipal de Santa Maria. AHMSM.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1966.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

TEXTOR, Bárbara Gonçalves. **Trilhos de honra e violência em Santa Maria da Bocca do Monte**: defloramentos, estupro e raptos (1910-1939). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, 2019.

Recebido em: 31 de agosto de 2025

Aceito em: 8 de dezembro de 2025